

## **As relações entre o Brasil e o Império Austro-Húngaro: o caso da imigração ucraniana para o Brasil (1890 – 1910)**

*Prof. Dr. Wilson Maske*

*Pontifícia Universidade Católica do Paraná*

*Curitiba – Brasil*

### **Introdução: as relações entre o Brasil e o Império Austro-Húngaro durante a Monarquia e o início da Primeira República Brasileira**

O objetivo do presente estudo é apresentar um panorama das relações entre o Brasil e o Império Austro-Húngaro, à luz da imigração ucraniana para o Brasil. O recorte temporal escolhido se justifica tendo em vista o auge do processo de imigração de imigrantes ucranianos ao Brasil, também chamados de rutenos, oriundos do Império Austro-Húngaro, que ocorreu nas duas décadas entre 1890 e 1910.

Brasil e Áustria tem uma história de relações diplomáticas, políticas, comerciais, culturais e afetivas antiga. Elas são também herança das relações entre Portugal e Áustria, quando as casas dinásticas de Bragança e Habsburgo casaram entre si, pelo menos desde quando D. João V casou com a arquiduquesa Maria Ana da Áustria. Essa união afetiva e diplomática seria renovada em 1817, com o casamento do príncipe D. Pedro e da arquiduquesa Maria Leopoldina de Habsburgo, do qual nasceriam vários príncipes, entre eles o futuro imperador do Brasil, D. Pedro II.

O casamento de D. Pedro I e Maria Leopoldina também resultou em uma aproximação de Áustria e Brasil em outros sentidos, como o científico e cultural, com a vinda da Missão Científica Austro-Bávara, interessada na investigação do cenário geográfico e ecológico do Brasil, ainda grandemente desconhecido à luz das ciências naturais dos séculos XVIII e XIX, das quais a princesa Leopoldina era uma adepta.

O ambiente cultural do Rio de Janeiro em específico, e do Brasil em geral, foi amplamente enriquecido com a presença da corte portuguesa, o que possibilitou a vinda de artistas austríacos como Thomas Ender e Sigismund von Neukomm, mestres na pintura e na música, respectivamente.

Também do ponto de vista político, a influência austríaca foi marcante, destacando o papel da princesa Maria Leopoldina como figura de grande influência no processo de independência do Brasil e depois no importante papel de imperatriz. Ainda que adepto dos princípios da Santa Aliança, Clemens von Metternich, chanceler austríaco, não deixou de apoiar a independência brasileira, tendo em vista que se consolidava uma monarquia no Novo Mundo e que uma princesa austríaca seria a matriarca de uma dinastia americana. Para tal, o governo austríaco se ofereceu para assumir a negociação do reconhecimento da independência brasileira com Portugal, mas a Grã-Bretanha foi mais rápida e astuta, talvez já calculando suas próprias vantagens econômicas com o evento (FAUSTO, 2013, p. 147).

Uma vez acertado o reconhecimento da independência do Brasil, por parte de Portugal, prontamente a Áustria reconheceu a independência brasileira. Estabeleceram-se também relações diplomáticas e comerciais plenas já em finais de 1825, em 1826 ocorreu o falecimento precoce da imperatriz Leopoldina. Desse fato resultou um inevitável esfriamento das relações austro-brasileiras, ainda o corpo diplomático austríaco mantivesse o imperador-avô informado do progresso de seus netos brasileiros.

Ainda é importante destacar o papel de promotora da imigração europeia para o Brasil, assumido pela imperatriz Maria Leopoldina, e seu horror pessoal pelo regime escravocrata ainda em vigor no país. A imperatriz incentivou a divulgação do Brasil na Europa como lugar para o estabelecimento de colonos vindos principalmente da Europa de língua alemã e a criação das primeiras colônias estrangeiras no país, como São Leopoldo no Rio Grande do Sul, São Pedro de Alcântara em Santa Catarina, Rio Negro no Paraná, Santo Amaro em São Paulo, Nova Friburgo no Rio de Janeiro e São Jorge de Ilhéus na Bahia, como mais adiante trataremos.

Durante o restante do Primeiro Reinado as relações entre Brasil e Áustria continuaram a se desenvolver num ambiente de cortesia e normalidade, mas também com uma certa frieza, em comparação com àquelas que se desenvolviam entre Brasil e França, Inglaterra e países ibéricos. No entanto, com a queda de D. Pedro I, o trono do Brasil não foi ocupado, pois seu sucessor, Pedro de Alcântara, neto de Francisco I da Áustria, que na ocasião ainda era uma criança, teria que atingir a maioridade para ascender ao trono, conforme explica Clemente (2000, p. 95). Com o impedimento da posse do príncipe real, de acordo com a lei brasileira, deveria ser estabelecida uma regência, até que ele atingisse a idade legal de 18 anos. Com base nisso, a corte austríaca voltou seu interesse para o cuidado e o preparo do jovem príncipe, que

acompanharam com atenção redobrada, afinal tratava-se do neto do imperador da Áustria. O encarregado de negócios austríaco, Barão Daiser, ficou responsável por supervisionar a educação de D. Pedro e de suas irmãs.

Nos anos da minoridade de D. Pedro, a corte austríaca observava atentamente os jogos políticos, em especial a atuação de republicanos durante a Regência. Nessa fase a Áustria teve grande influência sobre D. Pedro, segundo Daiser, o imperador podia passar-se por um príncipe austríaco, já que conservava muito das características físicas da família Habsburgo e que o tinha influenciado por meio de seus costumes monárquicos e dos métodos de ensino, que futuramente foram aplicados em seu governo (RAMIREZ, 1968, p. 75).

Ainda segundo o Barão Daiser, D. Pedro II possuía a confiança e o amor do povo, uma vez que recebeu seu cargo do povo (soberania popular) e não “pela graça de Deus”. Além de ser estimado por seu povo, o jovem imperador era protegido pela Áustria, que tinha esse dever, pois as relações familiares deviam ser preservadas, na medida do interesse de ambos os países. E o único interesse político e econômico era manter a Monarquia como forma de governo. Como prova dessa relação familiar, temos a escolha do imperado Ferdinando II, sucessor de Francisco I como imperador da Áustria, para ser o padrinho de crisma de D. Pedro II (RAMIREZ, 1968, p. 76). Dessa reaproximação, resultou a promessa da Áustria de auxiliar o Brasil quanto a orientar quanto aos melhores meios de manter a monarquia forte no Brasil; um segundo casamento dinástico com o Brasil, dando influência natural e indireta para a Áustria, até mesmo nos negócios de Estado, e; direito de exílio ao soberano e sua família em caso de revoluções no Brasil.

Com base nisto, a corte austríaca começou a procurar príncipes na Áustria e nos outros estados alemães para se casarem com as princesas brasileiras, que se aproximavam da idade de casar e eventualmente, uma princesa do mundo germânico para D. Pedro. Sem esses casamentos, a Áustria perderia sua influência na Corte do Rio de Janeiro. Além disso, D. Pedro II se mostrava interessado pela literatura e história francesas, além de demonstrar vontade de viajar para a França para conhecer o país que admirava. Mais tarde ele afirmaria que a França era sua segunda pátria e o país de seu coração. Ao mesmo tempo, se mostrava frio e indiferente à sua herança austríaca.

Havia uma preocupação importante em relação ao casamento de D. Januária, irmã mais velha de D. Pedro, que estava na idade de casar e a corte austríaca e o regente Araújo Lima compartilhavam a temor de um casamento francês para a princesa. Este

enlace poderia resultar numa aliança da França com o Brasil. Apesar dos esforços dos austríacos, nenhum príncipe da órbita dos Habsburgos se interessou pela princesa. Isso fez com que o caminho fosse aberto para casamentos com os príncipes das Casas de Orleans e de Bourbon, ambas ligadas à França.

Com a saída dos austríacos do jogo, França e Brasil iniciaram as negociações dos casamentos dinásticos que aconteceriam todos na esfera de influência da França. Em maio de 1843, a princesa Francisca, irmã mais nova de D. Pedro, se casou com o Príncipe de Joinville, filho do rei Luis Felipe da França. Em seguida no mesmo ano, D. Pedro casou com a princesa Teresa Cristina de Bourbon, do Reino das Duas Sicílias. Em seguida, a princesa Januária, casou com um irmão de D. Teresa Cristina, o Conde de Áquila. Com isso, as relações dinásticas entre o Brasil e a Áustria se tornaram frias e rotineiras e os negócios de Estado ficaram retraídos, apesar de terem sido mantidas e nenhum problema de maior magnitude surgisse nesta fase, apenas um afastamento por falta de afinidade.

## **Relações econômicas e o comércio entre Brasil e Áustria**

As relações políticas e culturais que foram tão prolíficas entre Áustria-Hungria e Brasil durante todo o século XIX e início do XX, poderiam levar a crer que esses países também desenvolveram extensas relações comerciais. No entanto, tal relação não se deu. Ambos os países se esforçaram em ampliar o comércio, mas grandes obstáculos surgidos dificultaram as negociações comerciais. Em geral, apesar de esforços de ambas as partes, parece que os austríacos, como no caso dos casamentos das princesas brasileiras acima citado, sempre chegavam tarde e perdiam o mercado brasileiro para os concorrentes franceses e ingleses, apesar da qualidade de seus produtos.

As relações austro-brasileiras poderiam ter sido alavancadas, caso uma investigação acerca dos produtos mais usados no Brasil houvesse sido enviada à Áustria, para que pudessem adaptar os produtos austríacos às demandas do mercado consumidor brasileiro. Conforme Ramirez (1968, p. 233), em 1857 o Conselho Imperial de Comércio (austríaco) enviou uma coleção de artigos de exportação. Esta expedição

confirmou que não se haviam escolhido modelos para corresponder às necessidades do comprador brasileiro. De acordo com a lista, foram enviadas roupas de veludo e de lã, de excelente qualidade, mas inadequadas para o clima tropical dominante na maior parte do Brasil. Enquanto isso, Inglaterra e França exportavam roupas de algodão e de linho, tecidos mais adaptados ao clima brasileiro. Grande número de outros fatores de que dependia o sucesso do comércio não tinha sido levado em conta. Ao que parece, os comerciantes austríacos não possuíam subsídios e conhecimento sobre as condições e necessidades do mercado brasileiro.

Ezekiel Ramirez (1968, p. 236) comenta que, segundo os representantes consulares austríacos:

O ano de 1877 é talvez o ano decisivo nas relações comerciais entre os dois países, uma vez que conseguiram proporcionar alguma relação, não muito significativa, mas faz parte da história das relações entre os dois países, depois desse ano, os esforços da Áustria concentravam-se crescentemente em outros estados da América do Sul, enquanto decresciam no Brasil. Não ocorreu nenhum renascimento. As missões futuras, ainda que ressaltassem as antigas dificuldades e sugerissem modificações, aceitaram a ruptura entre a Áustria e o Brasil como fato consumado. Os relatórios comerciais observaram que o único produto austríaco ainda encontrado no mercado da Bahia era o trigo de Trieste.

Outro fator importante para o pequeno montante das trocas comerciais austro-brasileiras era o fato de que o mercado austríaco, à época, era bastante fechado e protecionista, e não conseguia fazer bons negócios em outros continentes, principalmente com um oceano separando os dois mercados. As mercadorias produzidas na Áustria nunca foram capazes de competir com as inglesas e francesas no Brasil. Mesmo as pequenas cidades hanseáticas de Hamburgo, Bremen e Lübeck conseguiam se colocar de maneira vantajosa no mercado brasileiro. O sucesso de Hamburgo em seu comércio com o Brasil seria refletido inclusive no fato de que seu porto ocuparia um importante papel na história da imigração europeia para o país.

## **A Grande Imigração no Brasil e no Paraná**

Com o fim da monarquia brasileira, em 1889, o Brasil passou a dirigir suas relações exteriores no sentido de fomentar o desenvolvimento interno do país. Uma das

questões centrais que preocupavam as elites políticas brasileiras desde os anos 1840 era a questão da mão de obra. Com a aprovação da Lei de Terras de 1850, foram estabelecidas as diretrizes para a imigração estrangeira.

Com base nestas diretrizes foi que o governo provincial do Paraná começou a elaborar políticas que visavam à atração de imigrantes e o estabelecimento de colônias no território paranaense. Mas a preocupação com a colonização do território brasileiro com imigrantes pode ser mapeada desde 1818, quando foi estabelecida a colônia de Nova Friburgo, com mais de dois mil suíços na região da Serra Fluminense, por D. João VI (SEYFERTH, 2002, p. 79). A preocupação da corte portuguesa com a posse territorial do Brasil era intensa e no mesmo ano de 1818 D. João VI promulgou um Tratado de Colonização, que previa a criação de nove colônias nas regiões Sudeste e Sul do país até 1830. Esta política era problemática, pois apesar de muito onerosa, os colonos não ficaram satisfeitos e obteve má repercussão na Europa, ficando suspensa a imigração estrangeira até 1847, quando as Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina retomam suas políticas imigratórias.

Em Santa Catarina, o governo provincial utilizou um modelo baseado em concessão de largas glebas para companhias estrangeiras de colonização. Esse modelo, que obteve um sucesso razoável, produziu colônias emblemáticas para a história da imigração estrangeira no Brasil, que foram a Colônia Dona Francisca/Joinville (1849) e Blumenau (1850), nas quais a Companhia Hanseática de Colonização conseguiu atrair colonos alemães, poloneses, italianos e escandinavos. Nessas colônias, além de promover o povoamento, a administração conseguiu atingir seus objetivos na produção de alimentos e também fomentou um surto industrial de destaque.

Devemos destacar que a Lei de Terras de 1850 teve uma importância primordial na história da imigração no Brasil, pois ela fundamentou as diretrizes adotadas pelas províncias brasileiras no período monárquico e não sofreu alteração mesmo depois da Proclamação da República, sendo a lei que estava em vigor durante a instalação das colônias ucranianas no Paraná, o foco deste estudo. Seyferth (2002, p. 91) esclarece que o elemento central da lei dizia respeito à forma de concessão dos lotes coloniais: não haveria mais gratuidade ou doação de lotes aos colonos. Eles deveriam ser pagos em parcelas no que constituiria a Dívida Colonial, que agregaria ainda, além do lote, todos os gastos do governo com a vinda dos colonos, desde sua aldeia de origem, na Europa. Esse é um fator fundamental que explica, em parte, o fato de o Brasil ter atraído um número significativamente menor de imigrantes que outros países. Não haveria acesso

gratuito à propriedade da terra, pois era temido que a facilidade no acesso à propriedade, faria com que os colonos não a valorizassem e que a vendessem, sem pensar duas vezes, colocando em risco a viabilidade dos projetos coloniais e seu sucesso.

No caso do Paraná, a situação era um pouco diferente. O território paranaense pertenceu até 1853 à Província de São Paulo e era de povoamento muito escasso. As principais cidades paranaenses: Curitiba, Paranaguá, Castro, Lapa, Guarapuava, São José dos Pinhais eram pequenas vilas com não mais de 10 mil habitantes cada uma. Com exceção do litoral e das regiões de campos limpos (Campos Gerais), era um território quase despovoado com apenas 60 mil habitantes em 200 mil quilômetros quadrados, na época da criação da Província do Paraná (CARDOSO, 1986, p. 57).

Com seus planaltos de terras férteis, clima ameno, vastas florestas de araucárias e campos, e perigosamente situado próximo das fronteiras com a Argentina e o Paraguai, o Paraná era um local destinado à colonização europeia, por vocação e necessidade de consolidar a presença brasileira na região. Desta forma, no Paraná, além de fomentar o desenvolvimento regional, a imigração tinha a função geopolítica de garantir a posse do território nacional brasileiro.

Sérgio Nadalin ressalta que o projeto colonial no Paraná foi fundamentado numa “missão civilizadora”, na qual o imigrante europeu era encarado sob uma concepção “romântica”, capaz de criar uma civilização camponesa à maneira da Europa (talvez uma “Nova” Galícia?):

Clamava-se por encher de população ativa o vasto território da província, onde tudo floresce à força da natureza, onde o colono europeu se depara com um clima análogo ao de seu país natal, e onde finalmente a salubridade que tanto o distingue, é título demais para confiar no futuro que se entreolha (NADALIN, 2001, p. 72).

Com esses objetivos civilizacionais previstos, as elites locais desejavam que os imigrantes viessem em grande quantidade, mas que atendessem características específicas. Por ocasião da chegada dos alemães do Volga, vindos da Rússia, aos Campos Gerais, onde foram fundados 26 núcleos coloniais na década de 1870, nos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, o presidente da província explicava que o projeto tencionava receber “colonos espontâneos, trabalhadores e pacíficos, e não aventureiros, com a fantasia de colher riquezas imaginárias”, segundo suas palavras. Nadalin destaca ainda que, além de fornecer mão de obra e povoar, os imigrantes eram um “fator étnico de primeira ordem, destinado a tonificar o organismo nacional

abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”, segundo o as palavras do presidente da Província.

Claramente um discurso eugênico, no qual os imigrantes trariam uma contribuição no branqueamento da população, num momento em que “havia a necessidade de promover a imigração de colonos morigerados (bem-comportados e obedientes) e laboriosos, hoje que a salutar lei de emancipação dos escravos nos colocou na dependência do braço europeu” (NADALIN, 2001, 73). Desta forma, a opção por imigrantes europeus, especialmente da Europa centro-oriental, fica claramente explicada tendo em vista as opções feitas, não apenas para atender a necessidade de ocupação territorial e a demanda por mão de obra na agricultura, mas também para contemplar o objetivo de branqueamento da população.

Neste cenário, as medidas iniciais tomadas para a colonização do território paranaense podem ser analisadas como tentativas sem grande planejamento, mais relacionadas com ideais humanistas e contingências de afirmar a posse territorial em pontos isolados. Conforme Balhana (1969, p. 168) em 1816, cerca de 50 casais de portugueses dos Açores fundaram a colônia de Rio Negro. A este grupo foram adicionados mais 248 colonos alemães da Bukowina em 1829. Em 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre fundou a colônia Tereza Cristina no centro-sul do Paraná, com 87 franceses e que tinha um projeto utópico humanista, que contava com o apoio da família real, em especial da imperatriz Tereza Cristina, de quem recebia doações. Em 1852, o suíço Charles Perret Gentil, fundou a colônia de Superagui, no litoral norte do Paraná, com 85 franco-suíços, franceses e alemães, que teve certo sucesso inicial, alcançando 500 habitantes, mas que devido ao pouco apoio público foi definhando e a maior parte dos colonos se transferiu para Paranaguá e Curitiba, ou acabou se integrando com a população caiçara local (mestiços de índios, africanos e portugueses), adotando seu estilo de vida. Em 1860 foi criada a colônia imperial de Assungui, 109 quilômetros ao norte de Curitiba, com imigrantes ingleses, franceses, alemães e italianos. Chegou a ter 949 colonos e desenvolveu uma agricultura próspera, mas devido à falta de estradas adequadas, não tinha como levar seus produtos para o mercado consumidor, o que freou seu crescimento (GUÉRIOS, 2012, p. 99).

A partir da década de 1870, em função dos fracassos constantes no projeto imigratório provincial, ele foi reelaborado. Na gestão de Adolfo Lamenha Lins, que assumiu o governo do Paraná em 1875, o projeto imigratório foi alterado. O novo presidente provincial fez do problema imigratório a meta da sua administração. Fez



inúmeras viagens e visitas aos núcleos coloniais para avaliar as razões de seu fracasso. Depois de estudar a colônia Assungui e verificar o fluxo de remigrantes alemães vindos das colônias de Joinville e Blumenau, que se instalaram espontaneamente ao redor de Curitiba, além de analisar o desenvolvimento das colônias: Argelina (1869) como imigrantes franceses, Pilarzinho (1871) e Abranches (1873), ambas com imigrantes poloneses da Galícia (que entraram por Santa Catarina), foi possível desenvolver um novo projeto de colonização para o Paraná (WACHOWICZ, 2010, p. 177). Entre outras observações, Lamenha Lins percebeu que: 1) todas as colônias deveriam estar perto de centros consumidores; todas as colônias deveriam estar servidas de estradas; 2) a verdade sobre a nova terra sempre deveria ser dita ao imigrante; 3) oferecer facilidade de transporte; 4) possibilitar a escritura de propriedade o mais rápido possível; 5) auxílio financeiro para os primeiros anos; 6) escolas públicas para os colonos; 7) encaminhar os filhos dos colonos para novos núcleos coloniais no interior, evitando a urbanização das colônias antigas.

Com base nestes princípios, a partir de 1875 começaram a surgir várias colônias novas nos arredores de Curitiba, principalmente com imigrantes poloneses, principalmente oriundos do Império Austro-Húngaro, especificamente da Galícia e da Bukowina e também da Silésia prussiana. O novo projeto se mostrou viável e foi sendo implantado em diversas regiões do Paraná, como no litoral e nos Campos Gerais. Com o sucesso do projeto, o principal objetivo da imigração europeia para a região de Curitiba, que era o de suprir a cidade com alimentos básicos, como centeio, batata, milho e laticínios foi alcançado. O antigo problema de abastecimento de Curitiba foi resolvido e Lamenha Lins comemorado como o grande articulador de um projeto imigratório de sucesso pelo país afora (GUÉRIOS, 2012, p. 100).

Em 1876 foi concebido um gigantesco projeto imigratório com cerca de 20.000 teuto-russos da região do Volga para os Campos Gerais. Os políticos e fazendeiros locais venderam para a província terras de péssima qualidade e o projeto resultou em fracasso. Dos 3.800 teuto-russos que chegaram, apenas 1.800 permaneceram. Devemos observar também que parte do insucesso da imigração dos teuto-russos deveu-se à ação de aliciadores argentinos, desejosos de atrair estes imigrantes para as províncias argentinas, como de fato se sucedeu. O sucessor de Lamenha Lins, Alfredo Taunay, deu continuidade ao projeto imigratório, focando agora decisivamente em atrair as populações eslavas do Império Austro-Húngaro, notadamente poloneses e agora um

novo grupo eslavo, o dos rutenos (ucranianos), também habitantes da Galícia austríaca e da Bukowina.

## **Ucranianos no Paraná**

A chegada dos ucranianos está relacionada com o esgotamento do modelo imigratório de Lamenha Lins. O sistema de criar colônias ao redor dos núcleos urbanos existentes: Curitiba, Paranaguá, Antonina, Morretes e Ponta Grossa, estava esgotado. Não havia mais terras disponíveis ao redor das cidades para criar novas colônias. Interessante notar que em 1890, ano do início da chegada dos ucranianos, o Paraná ainda contava com 83% da cobertura florestal original. Na verdade, as colônias fundadas antes de 1890, estavam quase todas localizadas nas regiões de campos e no litoral, áreas anteriormente ocupadas desde o período colonial. Nesse período não se avançou para as regiões de floresta de araucária (MAACK, 2002, p 271).

Com a Proclamação da República e a transformação do Paraná em Estado, dotado de maior autonomia e imbuído de maiores poderes e recursos financeiros, o projeto imigratório foi não só retomado, mas ampliado para promover uma aceleração da ocupação dos chamados “vazios demográficos”. Além disso, o objetivo era fomentar não apenas a agricultura de abastecimento dos centros urbanos paranaenses, mas também atividades econômicas, como a indústria madeireira e a fabricação de móveis, que aumentassem a arrecadação do Estado do Paraná e as exportações para outros estados do Brasil e para o mercado internacional.

Dessa forma, quando os primeiros grupos de ucranianos se estabeleceram no Paraná, já foram assentados em regiões com densas florestas, do que resultou um trabalho mais duro para os colonos recém-chegados da Europa. Esse fato pode ter causado algum tipo de apreensão e dificuldades para os colonos. Nas fontes consultadas não aparece se o governo estadual paranaense utilizou alguma estratégia para facilitar o contato dos colonos europeus com a terra virgem. Sabemos, no entanto, que nas colônias de Santa Catarina, foi adotada a estratégia de nunca criar assentamentos apenas com imigrantes inexperientes recém-chegados da Europa. A política adotada era que a todo grupo que chegava, eram adicionados filhos e netos de imigrantes, de preferência da mesma etnia. Isso poupava os novos colonos de aprender por si as características e detalhes da natureza, clima, ecologia, alimentos, que os nascidos no Brasil já conheciam

e estavam habituados. Normalmente eram casais jovens ou famílias sem terra, que seguiam junto com os recém-chegados para as novas terras no interior. Em função de que no Paraná a prática era evitar colônias de apenas uma etnia, as primeiras colônias de ucranianos tenham contado com a ajuda de colonos polono-brasileiros ou teuto-brasileiros nativos e que conhecião o meio-ambiente local (MASKE, 1999, p. 163).

Guérios (2012, p. 101) ressalta que o governo estadual do Paraná criou em 1892 a Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, com o objetivo de melhorar a administração da colonização e evidenciava a vinda de imigrantes estrangeiros como um elemento central no processo de construção do futuro do Paraná. O imigrante continuava sendo a pedra fundamental no edifício econômico, político e social do Estado. Uma das tarefas da Secretaria era a divulgação do Paraná como terra de colonização no exterior e a captação de imigrantes para o Estado. Para isso, a Secretaria produzia livretos em inglês, alemão e italiano, que eram distribuídos nos locais de interesse na Europa e na América do Norte. Também contratava empresas particulares para agenciar colonos interessados em vir para o Paraná.

Nos contratos apresentados por Guérios (2012, p. 104), o governo paranaense se mostrava bastante ambicioso em 1896 em prever a arregimentação de mais de 130.000 imigrantes para a região Noroeste do Estado, a região mais inóspita do território paranaense, próxima à divisa com o Paraguai e Mato Grosso. Mas se mostrava também pouco informado sobre a viabilidade dos projetos de grande envergadura, levando em conta as dificuldades reais apresentadas pela colonização de áreas tão distantes dos centros urbanos e desprovidos de comunicações terrestres.

Neste estudo sobre a imigração do Império Austro-Húngaro ao Brasil, em especial para o Paraná, é importante ressaltar que o nome Galícia (não confundir com a região homônima da Espanha) aparece pela primeira vez nos relatórios dos presidentes de província em 1876. Ele se referia a imigrantes poloneses vindos daquela parte do Nordeste do Império Austro-Húngaro, chamada de Reino da Galícia e Lodoméria, incorporado pelos austríacos depois das três partilhas da Polônia.

A Galícia era uma das regiões mais atrasadas economicamente do Império Habsburgo. Com uma área de 78.500 quilômetros quadrados e quase sete milhões de habitantes (1890), compostos basicamente por poloneses (54%), ucranianos (42%), e pequenas minorias de judeus, alemães, húngaros e ciganos. A capital era Lemberg, onde predominava a cultura polonesa. A língua oficial era o polonês, o que causava grande ressentimento entre os ucranianos que não eram também reconhecidos claramente como

uma nação. Num momento eram considerados como parte do grupo polonês, noutro como um grupo ligado aos russos.

Na Galícia, os ucranianos, que em sua esmagadora maioria eram camponeses com pouca instrução, sofriam a opressão de barões latifundiários poloneses ou de seus arrendatários judeus (SNIHUR, 1997, p. 41). A propriedade privada e o fim da servidão chegaram somente em 1848 para os empobrecidos camponeses ucranianos e poloneses da Galícia. A entrega de pequenos lotes para os camponeses não foi o suficiente para atender às demandas por dias melhores destes camponeses. A manutenção do monopólio sobre a produção e comercialização do tabaco foi outro fator que prejudicava os camponeses ucranianos e poloneses da Galícia.

Além disso, a Áustria estava rodeada por países com alto grau de desenvolvimento econômico e avanço tecnológico. Em especial, a Prússia, a Saxônia e a Baviera concorriam vantajosamente com os austríacos na produção industrial. Isto fez com que a Áustria adotasse uma legislação protecionista, que empobreceu ainda mais a combalida economia austríaca. Não restava muita opção para os camponeses eslavos da Galícia, a não ser vender seu pequeno lote e partir para as Américas, buscando melhores oportunidades de vida. Na verdade, isso explica também o pouco interesse brasileiro pelo mercado austríaco no período, conforme anteriormente relatado.

Conforme afirma Guérios (2012, p. 106), até o final da década de 1880, a migração da Galícia para o Brasil era feita em baixa escala, passando mesmo despercebida pelas autoridades do Império Austro-Húngaro. No início da década de 1890 começou a crescer significativamente e chamou a atenção. Esse movimento demográfico ficou conhecido como a Febre Brasileira, pois saíam em média 20 mil pessoas por ano, a maior parte com destino ao Brasil.

A descoberta do Brasil e especificamente do Paraná como região de imigração para poloneses e ucranianos pode ser situada em 1870. Nessa fase de implantação da política imigratória de Lamenha Lins, houve um fluxo de remigração dos colonos alemães de Joinville e Blumenau para a região de Curitiba. Com a criação da Província do Paraná, Curitiba foi escolhida para ser a capital. O projeto modernizador do qual resultou a emancipação política do Paraná, também previa a remodelação da cidade capital, ainda muito tímida e provinciana, sem as instalações de uma capital provincial. Investimentos foram feitos para tornar a cidade mais adequada para este propósito. Foi planejada a criação de uma malha urbana com ruas modernas, prédios públicos e serviços adequados à nova categoria da cidade. Também o abastecimento de víveres era

necessário. Em função destas ofertas de trabalho existentes, imigrantes alemães de Joinville e de Blumenau começaram a ser atraídos espontaneamente para Curitiba e se estabeleceram no chamado Rocio, a região agrícola ao norte da cidade, onde compraram chácaras para plantar alimentos que seriam vendidos no centro de Curitiba. Além disso, introduziram seus serviços como comerciantes, marceneiros, alfaiates, padeiros, pedreiros, professores, transportadores e ajudaram a modernizar a cidade e dar-lhe “ares europeus”.

Nas mesmas colônias de Santa Catarina, também poloneses haviam sido assentados. Em especial, na colônia de Brusque, no vale do Rio Itajaí-Mirim, havia grande quantidade de poloneses que começaram a ter atritos com a administração colonial local e ficaram insatisfeitos com sua situação. Estes optaram em seguir os primeiros alemães e buscaram refúgio em Curitiba, onde fundaram as já citadas colônias de Pilarzinho e de Abranches, que tiveram grande sucesso.

As comunidades polonesas de Curitiba começaram a chamar padres católicos poloneses para atender suas paróquias. Esses padres foram convidados pelo Visconde de Taunay, presidente da província, a arregimentar seus conterrâneos a imigrar para o Paraná. Dessa forma é que poloneses e ucranianos da Galícia tomaram conhecimento da existência do Paraná e da possibilidade de imigrar para essa Nova Polska/Nova Polônia no Sul do Brasil, como o Visconde de Taunay apresentou a província.

Padres católicos, mas também elementos da *intelligentsia* (intelectuais, professores, jornalistas) local participam da arregimentação de colonos, incentivando-os para se deslocarem para as Américas. Na verdade existiu uma disputa entre intelectuais galicianos que chegaram inclusive a viajar para o Brasil a fim de observar as condições de vida de seus conterrâneos no Paraná. Guérios (2012, p.107) cita que dois eruditos poloneses, Antonio Hempel e Estanislau Klobukowski, membros da Sociedade Comercial e Geográfica de Lemberg, na Galícia, vieram em 1892 e 1895 ao Paraná para avaliar as condições de desenvolvimento das colônias polonesas locais. Ambos os eruditos avaliaram como muito boas as condições de vida destes imigrantes no Paraná, estimulando mais contingentes da Polônia e da Galícia a virem para o Sul do Brasil.

No retorno, os intelectuais poloneses conseguiram vencer alguns opositores que preferiam que o fluxo fosse dirigido ao Canadá, e fizeram ampla divulgação das possibilidades de estabelecimento no Paraná. Mas fizeram a divulgação entre todos os camponeses galicianos, inclusive os ucranianos. Dessa forma os ucranianos tomaram conhecimento da possibilidade de imigração para o Paraná. Klobukowski se empenhou

pessoalmente no encaminhamento de camponeses poloneses e ucranianos para o Paraná. De fato, outros membros da intelligentsia galiciana ajudavam os imigrantes na compra de passagens, na retirada de vistos de entrada no Brasil, os acompanhavam até Trieste ou Hamburgo e cuidavam para que eles não gastassem indevidamente o pouco dinheiro que tinham acumulado para a vida de imigrante na “Nova Galícia” (GUÉRIOS, 2012, p. 108).

Com os esforços do Visconde de Taunay, dos padres católicos e da *intelligentsia* galiciana, os destinos da imigração europeia para o Paraná foram mudados. A partir de 1889, os ucranianos e poloneses da Galícia e da Polônia passaram a ser a esmagadora maioria dos imigrantes que entraram no Paraná. Apesar da imprecisão das estatísticas, (Elas só contam os imigrantes que entraram no Paraná por Paranaguá. São Francisco do Sul, em Santa Catarina também desembarcava imigrantes para o Paraná, mas não está nas estatísticas. Também havia a questão da remigração vinda de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul: alemães, italianos, poloneses e ucranianos também se estabeleceram nelas, mas se deslocaram para o Paraná posteriormente e seus números são desconhecidos) no período de 1889 a 1900, os eslavos vindos da Prússia, da Rússia e da Áustria-Hungria perfizeram 87% dos 53 mil imigrantes entrados por Paranaguá (GUÉRIOS, 2012, p.109).

A instalação nos ucranianos no Paraná foi direcionada, como vimos, para as regiões de florestas do planalto paranaense, nos vales dos rios Iguaçu e Negro. Eram regiões de florestas virgens, onde ainda viviam os temidos índios botocudos, que ameaçavam que invadia seu território. Os primeiros núcleos formados por ucranianos foram São Mateus, à beira do rio Iguaçu, Rio Claro a 50 km de São Mateus e Lucena, colônia fundada a 33 quilômetros de Rio Negro, situada no território paranaense que em 1916 passaria para o Estado de Santa Catarina.

Como uma consequência da Proclamação da República, em 1892 irrompeu no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, que se espalhou também nos territórios de Santa Catarina e do Paraná e atingiu em cheio as regiões onde as colônias ucranianas estavam sendo instaladas. Isso impediu por dois anos a movimentação de colonos. Mas em 1894 o governo federal controlou a situação e em 1895 a imigração foi retomada e grande levás de ucranianos começaram a chegar da Galícia. As fontes apresentam que as companhias de imigração começaram a fazer uma ativa campanha a favor da imigração de ucranianos para a “Brazília”, com distribuição de folhetos e agenciadores que incentivavam colonos a vender tudo o que tinham e partir com a família para o

“Paraíso de Delícias”, onde teriam um futuro melhor do que na Galícia, sem perseguições religiosas ou étnicas e sem a opressão de barões proprietários de latifúndios (ANDREAZZA, 1999, p. 50).

Mas chegando ao Paraná, os camponeses ucranianos se defrontaram com uma realidade bem menos paradisíaca do que o prometido. Os folhetos das companhias de imigração não informavam sobre o despreparo do governo paranaense em receber os imigrantes e que seus lotes ainda estavam por ser demarcados quando chegaram nas glebas a eles destinadas. Na verdade, eles próprios é que acabaram por forçar o pessoal técnico a iniciar o trabalho e acabaram por demarcar seus próprios terrenos.

Apesar dessa falta de preparo, o preço dos lotes era baixo, entre 300 a 400 mil réis e que podia ser parcelado. Mas tudo estava por ser feito. Até mesmo os barracões e cabanas onde deveriam ser erguidos por eles mesmos nas clareiras que eles mesmos abriram nas florestas primevas, derrubando araucárias gigantes, cuja madeira era usada para construir as rústicas moradias dos primeiros tempos. Andreazza (1999, p. 51) nos informa que os imigrantes participavam assim da instalação da colônia. Abriam picadas, ajudavam na medição dos lotes e na construção de moradias, suas e dos amigos e vizinhos, fazendo com que as famílias lentamente tomassem posse das novas terras.

O processo de efetivamente tomar posse de um lote, construir a casa e os barracões, derrubar a densa floresta e preparar o terreno para começar a plantar poderia levar mais de um ano, sem contar o ano anterior em que se ficou esperando para que as autoridades se mobilizassem para fazer a medição dos lotes. A lentidão e a falta de vontade e agilidade do poder público e dos funcionários envolvidos certamente gerou tensões e em pouco tempo ocorriam distúrbios.

Com base no exposto, não é exagero dizer que os colonos ucranianos (não só eles), estavam largados à própria sorte, não tendo a quem recorrer. Para minorar o sentimento de abandono por parte do poder público brasileiro, o Império Austro-Húngaro estabeleceu uma representação consular em Curitiba em 1896, para atender os interesses de imigrantes alemães, poloneses e ucranianos de nacionalidade austríaca, estabelecidos nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Além disso, havia o sério problema de não dominarem a língua portuguesa, o que causava grandes problemas de comunicação na defesa de seus interesses.

Andreazza (1999, p. 53) informa que chegaram a ocorrer levantes de colonos, como o de 1896, na colônia Antônio Olinto, motivado pela morosidade com que estavam se dando a distribuição dos lotes e os recorrentes erros na medição das

propriedades. Foi necessária a vida de força policial da vizinha cidade da Lapa, para conter os distúrbios. Em sua defesa, o poder público argumentou que os colonos estavam acostumados a receber subsídios para a compra de alimentos e quando o governo cortou este auxílio, se revoltaram, pois argumentaram que o salário que recebiam não era suficiente para a alimentação das famílias.

Com os relatos apresentados pelas fontes, fica evidente que a propaganda feita pelo governo paranaense na Galícia conseguiu resultados muito maiores do que os esperados e que a aceitação de grandes levas de imigrantes (nunca antes o Paraná tinha recebido um fluxo de imigrantes, tão grande e contínuo, como este vindo da Galícia, com imigrantes poloneses e ucranianos) e que isso não implicou numa prévia preparação dos lotes coloniais, como seria de se esperar. No mínimo, o governo estadual deveria ter demarcado os lotes e ter preparado caminhos para que os colonos, assim que chegassem, pudessem se dar ao trabalho de cultivar a terra, o que de fato era esperado deles. Caso, isto tivesse sido feito, o poder público estaria comprometido menos tempo em fornecer alimentos e subsídios aos imigrantes e os colocaria mais cedo por sua própria conta, o que de fato os colonos queriam.

Apesar dos desencontros iniciais, o objetivo dos ucranianos de terem acesso à propriedade terra foi gradualmente se consolidando nas colônias do Paraná. No entanto, restava ainda a Dívida Colonial, composta pelos subsídios para a viagem, alimentação, instalação e compra do lote. Os colonos tinham um período de 30 anos para saldar esta dívida. Seu pagamento poderia ser feito em moeda corrente ou por meio da prestação de serviços, que amortizava a dívida. Esta questão era problemática para os colonos, pois significava que precisavam ter dinheiro vivo em mãos, o que não era comum nas regiões coloniais, longe dos centros urbanos e das casas bancárias.

As colônias no interior do Paraná eram isoladas. No tempo de Lamenha Lins, as colônias ficavam nos arredores de Curitiba e dos outros centros urbanos paranaenses, e onde no mesmo dia o colono poderia ir ao banco para retirar numerário, saldar suas dívidas, fazer compras, consultar um médico e ainda voltar para casa. No interior, no meio da floresta, não era assim. A localização na mata virgem, o trabalho na lavoura e a distância de centros urbanos isolavam a colônia, causando problemas para ter acesso a dinheiro e necessitando criar estratégias bem montadas para fazer os pagamentos.

Em função disso, muitas vezes os colonos optavam por trabalhar em obras do poder público, como aberturas de picadas, estradas, pontes, pois eram pagos em dinheiro. Também se empregavam na construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande do



Sul. Trabalhavam ocasionalmente na coleta de erva-mate nativa. Com o desenvolvimento da indústria madeireira, vendiam os pinheiros existentes em suas propriedades e também trabalhavam nas madeireiras da região. Tudo era pago em dinheiro. Assim conseguiam os recursos para pagar suas dívidas e compromissos (ANDREAZZA, 1999, p.55).

Alguns também se tornavam marceneiros, produzindo móveis e dando origem a um polo de indústria moveleira, de grande importância econômica no futuro para a região. Ao lado disso, os lotes começaram a atingir seu objetivo de produzir víveres e alimentos diversos, como milho, feijão, trigo, batata e cevada. Também se desenvolveu a suinocultura e surgiu uma produção de embutidos e linguiças, que rapidamente começou a ser encaminhada para os centros urbanos, como Curitiba, Lapa, Rio Negro e Ponta Grossa. Uma vida mais confortável começava a se desenvolver. Casas brancas de alvenaria começaram a ser construídas e igrejas ucranianas com torres em forma de bulbo de cebola começaram a aparecer na paisagem paranaense.

Resta agora nos dedicarmos à análise de uma instituição de grande importância para os ucranianos, tanto no Império Austro-Húngaro, quanto no Brasil: a Igreja Greco-Católica Ucraniana. Também chamada de Igreja Uniata, essa instituição eclesiástica foi formada com a União de Brest (1596), quando as dioceses ortodoxas da Ucrânia Ocidental (Galícia), então parte do Reino da Polônia-Lituânia, se desligaram da Igreja Ortodoxa Russa e se colocaram em comunhão com a Igreja Católica Romana, sob a forma de uma Igreja particular de rito bizantino. Esta Igreja, liderada por um metropolita ou patriarca, tinha sua sede episcopal na cidade de Lemberg, na Galícia e era uma Igreja étnica, contemplando principalmente a população de língua ucraniana vivendo sob o domínio polonês.

Doutrinariamente era toda católica romana, mas mantinha o rito oriental bizantino e uma organização eclesiástica independente, incentivada pelo governo do Reino da Polônia-Lituânia. Apesar de que o objetivo inicial dos suseranos poloneses era o de polonizar gradualmente a população ucraniana sob seu domínio, resultado contrário se produziu, transformando a Igreja Uniata na única instituição, tanto na Polônia como na Rússia, em torno da qual se congregavam os ucranianos.

Os padres seculares e religiosos da Ordem de São Basílio Magno, que compunham o clero da Igreja Uniata, se transformaram numa “*intelligentsia*”, responsável pela proteção, manutenção e promoção da língua ucraniana e da identidade nacional ucraniana, como distintas das similares polonesa e russa (KAPPELER, 2009,

p. 86). Com as partilhas da Polônia a partir de 1773, a Galícia passou para o domínio austríaco, o que foi alegremente saudado pela Igreja Uniata, que foi juridicamente equiparada à Igreja Católica Romana pela imperatriz Maria Teresa em 1774, passando a se denominar de Igreja Greco-Católica Ucraniana e sendo seu bispo de Lemberg, reconhecido como metropolitano (patriarca) desta denominação religiosa. Na mesma época, segundo Babbar (2008, p. 24), reformas forneceram melhores condições econômicas e legais para o clero, já que, antes disso, os sacerdotes uniatas que optassem por não seguir a carreira eclesiástica se tornavam servos. As medidas eram coerentes com as ideias iluministas em voga e proporcionavam proteção legal contra ataques da nobreza polonesa, e principalmente promovia a imagem do imperador austríaco como protetor do campesinato ucraniano. De fato, o clero da Igreja Greco-Católica Ucraniana seria um importante aliado do governo imperial austríaco a partir de então.

Com a emergência do movimento romântico e do nacionalismo ucraniano, surge uma associação nacionalista ucraniana na Galícia, denominada *Prosvita*, da qual tomariam parte grande número de clérigos e membros da *intelligentsia* ucraniana. Os objetivos do organismo eram a alfabetização e a educação dos camponeses ucranianos. Como dito, os membros da *Prosvita* eram intelectuais e clérigos ucranianos interessados em consolidar a identidade nacional, e para tal, percorriam comunidades rurais que forneciam ingredientes “genuínos” da expressão cultural do povo, por meio de contos, canções e imaginário popular e se apropriar destas fontes culturais (BABBAR, 2008, p. 25).

A estratégia de atuação da *Prosvita* preconizava a edição de livros e periódicos que eram lidos nos clubes de leitura para uma audiência de camponeses ucranianos, em sua maioria pouco letrados ou mesmo analfabetos. Este contato permitia que os camponeses se relacionassem de alguma forma com a realidade de fora de seu mundo rural e da aldeia.

Durante o século XIX, a *Prosvita* e a Igreja Católica Ucraniana atuavam em parceria em prol do nacionalismo ucraniano. No entanto, houve uma cisão entre os dois grupos antes da imigração ucraniana para o Brasil, onde os dois grupos continuaram atuando em parceria por mais algumas décadas. A cisão ocorreu porque os dois grupos, a *intelligentsia* e os clérigos concorriam pela liderança dos camponeses. Havia divergências quanto ao significado do termo “iluminação” muito empregado pelos religiosos no sentido de valorização dos princípios cristãos por meio da educação. Os membros da *intelligentsia* não discordavam do papel importante da Igreja Uniata na

preservação da identidade ucraniana, mas não queriam atrelar o nacionalismo ucraniano a nenhuma denominação religiosa, levando em consideração que a Revolução Russa no seu início, deu a possibilidade de pela primeira vez, desde o Reino Kievano medieval, a Ucrânia pode estar unida numa unidade política que englobava a maior parte dos ucranianos. Sem falar no fato de que a totalidade dos ucranianos estava dividida em várias denominações religiosas: uniatas, ortodoxos russos, ortodoxos ucranianos, protestantes, católicos romanos, o que diminuía a relevância dos uniatas no universo dos ucranianos, pois numericamente eles não eram a maior denominação (KAPPELER, 2009, p.190).

De qualquer forma, a Igreja Católica Ucraniana acabou assumindo um papel muito importante como instituição que apoiava os imigrantes ucranianos no Brasil. Além de dar apoio religioso e moral, os clérigos, em função de sua formação educacional, eram políglotas, tinham maior facilidade de comunicar e de defender os interesses dos colonos junto às autoridades brasileiras. Em função desse papel, os colonos ucranianos acabaram por se posicionar mais a favor da Igreja Greco-Católica, retirando discretamente seu apoio à *Prosvita*. Por outro lado, a Igreja continuou abrigando centros culturais e incentivando o ensino da língua ucraniana e as tradições do folclore ucraniano.

## **Considerações Finais**

Neste estudo, analisamos a imigração ucraniana como um elemento das complexas relações entre o Brasil e o Império Austro-Húngaro, no período de 1890 e 1910. Verificamos que as relações entre Áustria e Brasil se iniciaram de uma forma afetiva, por meio de casamentos dinásticos. Com a Independência do Brasil, estas relações inicialmente apresentaram boas perspectivas de realizações no campo da cultura, da ciência, da política e da economia. Apesar de adepta da Santa Aliança, a Áustria reconheceu a independência da monarquia americana, que teria uma austríaca em seu trono. Com a morte precoce da imperatriz Leopoldina, ao que parece o elo mais forte das relações austro-brasileiras se rompeu e os contatos foram se tornando raros.

Nada, nem ninguém, conseguiu reatar estes contatos. Novos casamentos dinásticos foram tentados, mas foram infrutíferos e a diplomacia matrimonial uniu o

Brasil com a França, talvez mais sedutora que a Áustria. Nas relações comerciais também os contatos foram mornos, talvez pela pouca disposição dos austríacos de buscar mercados tão longínquos além do grande oceano e de competir com as grandes potências do século XIX e início do XX. Também a Revolução Industrial teve seu custo nas terras dos Habsburgos. Para sobreviver, tiveram que se fechar no protecionismo e minguaram.

Mas talvez as relações entre os dois países verdadeiramente retornaram quando a Áustria mandou ao Brasil o que mais tinha: gente. A partir de 1870, o Brasil, em especial o Paraná, passou a receber grandes levas de imigrantes vindos do Império Austro-Húngaro: poloneses, alemães, húngaros, italianos, ucranianos e judeus. Esses imigrantes mudaram de forma indelével os lugares em que foram estabelecidos e deixaram marcas profundas onde construíram seus lares. Certamente, os colonos do Império Austro-Húngaro, apesar das grandes dificuldades, encontraram um refúgio no Brasil e contribuíram positivamente para o desenvolvimento do país.

## **Bibliografia**

ANDERSON, Perry (1989): *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense.

ANDREAZZA, Maria Luiza (1999): *Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

BABBAR, Lara Janek (2008): *Características, Transformações e Adaptações da Música Religiosa Ucraniana no Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado em Música).

BALHANA, Altiya Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria (1969): *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.

BUENO, Clodoaldo (1995): *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_ (2003): *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

BURKO, Valdomiro Nicolau. (1963): *A Imigração Ucraniana no Brasil*. Curitiba: Eparquia Ucraniana de São João Batista.

BUSHKOVITCH, Paul (2014). *História Concisa da Rússia*. São Paulo: EDIPRO.

CARDOSO, Jayme Antonio (1986). *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain Editora.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo (2011): *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CLEMENTE, Fabiana Brett (2000): *Relações Diplomáticas entre Brasil e Áustria, no período de 1822 a 1889*. Curitiba: Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, Ano 1, Nº 1, páginas 89 a 108 – Centro Universitário Curitiba.

CROUZET, Maurice (1996): *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FAUSTO, Boris (2013): *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2006): *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FUGMANN, Wilhelm (2008): *Os Alemães no Paraná*. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

GASPERIN, Neomir (2010): *Colônia Legru: Identidade, Cultura e Religiosidade*. Curitiba: Studium São Basílio (Monografia de Graduação).

GROPPE, Hans-Hermann/WÖST, Ursula (2007): *Via Hamburg to the World: from the Emigrants'Halls to Ballinstadt*. Hamburg: Ellert & Richter Verlag.

GUÉRIOS, Paulo Renato (2012): *A Imigração Ucraniana ao Paraná: Memória, Identidade e Religião*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná.

HANEIKO, Valdemiro (1985): *Uma centelha de luz*. Curitiba: Eparquia Ucraniana de São João Batista.

HOBBSAWM, Eric J. (2012): *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (2009): *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1917*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_ (2009): *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1989). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil.

KAPPELER, Andreas (2009): *Kleine Geschichte der Ukraine*. München: C.H. Beck.

KREVEY, Efraim B (2009): *Cem anos dos ucranianos em Ivaí e um de seus filhos*. Curitiba: Eparquia Ucraniana de São João Batista.

- MAACK, Reinhard (2002): *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial.
- MASKE, Wilson (1999): *Bíblia e Arado: a construção da identidade étnica dos alemães menonitas no Brasil*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado).
- NADALIN, Sérgio Odilon (2001): *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação.
- RAMIREZ, Ezekiel Stanley (1968): *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815-1889*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos (1995): *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba.
- SCHNERB, Robert (1996): *O século XIX: o apogeu da civilização europeia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SEYFERTH, Giralda. *Colonização e política imigratória no Brasil imperial*. In: SALES, T. (2002): *Políticas Migratórias, América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos.
- SKED, Alan (2008): *Declínio e Queda do Império Habsburgo 1815-1918*. Lisboa: Edições 70.
- SNIHUR, Esteban Angel (1997): *De Ucrania a Misiones: Una Experiencia de Transformación y Crecimiento*. Posadas, Misiones, Argentina: Colectividad Ucraína de Misiones.
- PORTAL, Roger (1968): *Os Eslavos: Povos e Nações*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editora Cosmos.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam (2010): *História do Paraná*. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- WOUK, Miguel (1981): *Estudo etnográfico-lingüístico da comunidade ucráína de Dorizon*. Curitiba: Projeto.
- ZAMOYSKI, Adam (2010): *História da Polônia*. Lisboa: Edições 70.